



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

**ATA DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E  
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO COMITÊ INTERFEDERATIVO**

1 Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às 09  
2 (nove) horas e 50 (cinquenta) minutos, na sala 103, nas dependências da  
3 Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR), foi realizada  
4 a terceira reunião da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades  
5 Tradicionais do Comitê Interfederativo (CIF), instituído no âmbito do Termo de  
6 Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado entre a União e os  
7 Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo com as empresas Samarco  
8 Mineração S.A, Vale S.A e BHP Biliton Brasil LTDA. Após uma rodada de  
9 apresentação, a reunião foi iniciada com o informe de Lea sobre presença em  
10 Mariana - MG, para reunião da Câmara Técnica de Comunicação, Participação,  
11 Diálogo e Controle Social (CT-CPDCS), quando se reuniu com a comissão de  
12 moradores atingidos de Mariana, Barra Longa e Bento Ribeiro que se  
13 mostraram contrariados, que não reconhecem o TTAC, as CTs e o CIF;  
14 assinalaram que os prazos estabelecidos para reconstrução dos  
15 assentamentos não serão cumpridos, visto que as áreas não foram adquiridas;  
16 reuniu-se também com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)  
17 propondo um mecanismo de diálogo independente do TTAC. (II) Thiago (Funai)  
18 informou sobre *e-mail* com nota técnica aprovada no Comitê de Bacias (CBH)  
19 do Rio Doce e no CIF que trata das áreas priorizadas para recuperação de  
20 nascentes. Pontuou que desde o ano passado aconteceram diálogos informais  
21 com representantes da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção  
22 de Água (CT-Flor), demanda também colocada pelos indígenas, e estão  
23 tentando marcar reunião do CBH Suaçui para dialogar com os Krenak sobre  
24 como o programa poderia chegar à aldeia e ao rio que os abastece, precisando  
25 dialogar bem, pois é a Fundação Renova que toca o programa, não sendo  
26 reconhecida pelos indígenas. Complementou que no dia 08/08/17 ocorrerá  
27 reunião da Funai/CR com os Krenak para tratar do assunto visando que a  
28 recuperação inicie em 2018. Lea (SEGOV/PR) sugeriu fazer um comunicado  
29 formal da CT-IPCT à CT-Flor pedindo agilidade ao trabalho. Tiago (FCP)  
30 complementou que existem outras áreas que necessitam de recuperação de  
31 nascentes. Dessa discussão saiu o encaminhamento da CT informar a CT Flor  
32 que os programas de recuperação florestal tenham olhar prioritário para as  
33 terras indígenas. Em seguida, foi lida e aprovada a ata da 2ª reunião e o  
34 encontro continuou com a leitura dos encaminhamentos decorrentes das  
35 reuniões anteriores, os quais estão em anexo. A respeito do Ofício à Renova  
36 com pedido do estudo preliminar que definiu os casos emergenciais, Lea  
37 (SEGOV) informou que este deve ser encaminhado pela CT e não pela Funai,  
38 portanto, embora a Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo  
39 (CRMGES) tenha solicitado, por outras razões, esse estudo, ainda consta em  
40 aberto pela CT, cujo expediente deverá incluir povos e comunidades  
41 tradicionais. Tiago (FCP) relatou que, nos contatos com a Fundação Renova  
42 sobre o plano emergencial da comunidade de Degredo, essa está se referindo  
43 diretamente à CT-IPCT, por isso, perguntou se o trabalho feito pela FCP,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

44 anteriormente à criação da CT, deverá ser aprovado pelo grupo. Aproveitou  
45 para sugerir que fosse criado um mecanismo de comunicação institucional da  
46 CT, com *e-mail* e numeração de ofícios. No mesmo assunto, Érika (Sesai)  
47 informou que a Sesai está em contato com a Renova para tratar de assuntos  
48 de infraestrutura, explicando que a praxe é assinar termo de cooperação  
49 técnica, por isso, perguntando se o rito deverá ser o comum ou se precisaria  
50 passar pela CT. Lea (SEGOV/PR) opinou que se o processo já acontece dentro  
51 da Sesai, da mesma forma que PTs já acontecem dentro da Funai e da FCP,  
52 que entende não precisarem ser aprovados pela CT, pois são  
53 responsabilidades cotidianas dos órgãos, podendo ser compartilhado para  
54 conhecimento. Thiago (Funai) informou que a CR pediu que a Sesai  
55 acompanhasse as ações de saúde dentro das comunidades indígenas  
56 atingidas, mas ocorreu da Sesai se reunir sozinha com a Renova, pontuando  
57 que gostaria que os trabalhos pudessem ser realizados em parceria. Mesmo  
58 que a Sesai seja responsável pela temática, a Funai tomou a frente e se dispôs  
59 a contatar os DSEIS para que a Funai participasse das reuniões. As  
60 representantes da Sesai destacaram que aquela Secretaria não é vista no  
61 licenciamento ambiental, que desde 2014 conversam com a Funai para que a  
62 Sesai seja responsável pelas ações de edificações e saneamento dentro das  
63 terras indígenas, pois atualmente só é informada do que acontece. Tiago (FCP)  
64 sugeriu que o termo de referência e o plano de trabalho sobre Degredo,  
65 apresentados pela Renova, sejam puxados para dentro da CT para validação e  
66 que o grupo informe em quais temas a Fundação deverá contatar a CT  
67 diretamente. A leitura do encaminhamento 'Elaborar e apresentar, à presidência  
68 do CIF, Nota Técnica acerca da necessidade de criação do Subprograma  
69 Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida das Comunidades  
70 Remanescentes de Quilombo' levou à discussão sobre a coordenação e as  
71 suplências da CT, a partir da deliberação do CIF e de reunião ocorrida entre  
72 Funai, Casa Civil e Ibama, de qual seria o melhor desenho de funcionamento  
73 da CT, considerando documentos, assuntos, agenda de reuniões. Lea  
74 recuperou o histórico de criação da CT-IPCT, abordando a Deliberação 15  
75 construída em razão da Funai ter falado que não seria possível presidir a CT;  
76 em março de 2017, em reunião na SEGOV, a Funai voltou a informar que não  
77 poderia assumir a coordenação, saindo o encaminhamento de verificar a  
78 possibilidade de existir uma CT somente de indígena; na 14ª reunião ordinária  
79 do CIF, Fernando (Funai) sugeriu o desmembramento da CT, respondido pela  
80 presidente do CIF que seria impossível desmembrar porque a indicação saiu  
81 da Presidência da República. Thiago (Funai) complementou que esse assunto  
82 esteve presente em várias reuniões do CIF, em 2016, sugerindo novo  
83 encaminhamento. Vanessa (MDS) sugeriu que seja uma resposta dizendo  
84 como funcionará. Lea (SEGOV) pediu que Funai e Palmares falassem o  
85 formato mais interessante. Tiago (FCP) perguntou se seria possível a SEGOV  
86 assumir a coordenação e distribuir os temas em subcoordenações; Lea  
87 (SEGOV) disse que poderia perguntar no setor em que trabalha e apresentou  
88 preocupação pois a decisão da Funai coordenar saiu da Subchefia da Casa  
89 Civil, o que poderia parecer que a SEGOV estaria passando por cima; se o  
90 presidente da Funai tiver esse entendimento, ele poderia comunicar à Casa  
91 Civil e à SE do CIF, além de um registro em Ata da CT; registrou que não há

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FRE', 'SE', and a large stylized signature.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

92 desejo pessoal visto que há várias demandas da SEGOV, mas que se o grupo  
93 quisesse levantar a questão novamente, que aceita a decisão. Sugeriu colocar  
94 o MDS na coordenação por ser um órgão isento das negociações discorridas.  
95 Cecília (Funai) lembrou que deveria haver uma divisão de fluxos para não  
96 sobrecarregar a Coordenação da CT. Thiago (Funai) entende que compartilhar  
97 a coordenação seria melhor pois atenderia o Presidente da Funai e a  
98 deliberação do CIF, acrescentando o MDS na segunda suplência, não  
99 precisando de muitas alterações. Após leitura da deliberação 15, Tiago (FCP)  
100 concordou com a sugestão do representante da Funai e perguntou se poderia  
101 ser uma única secretaria. Thiago (Funai) entende que as assinaturas seriam  
102 dos dois coordenadores. Lea (SEGOV) acrescentou que se o entendimento for  
103 de três coordenadores, precisará mexer na deliberação 15 ou ter um órgão que  
104 falará de todos, podendo ser SEGOV ou MDS. Tiago (FCP) ressaltou que a  
105 dificuldade é saber quem assinará os documentos, perguntando como funciona  
106 em outras CTs. Lea sugeriu que outro caminho seja o presidente da Funai  
107 assinar todos os documentos, o que foi aceito pela plenária. Léa sugeriu  
108 manter quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de forma  
109 unificada, o que foi aceito pelo grupo. Encaminhamento: documento da CT  
110 para o CIF informando que o grupo seguirá a deliberação 15, com coordenação  
111 compartilhada, sendo os documentos assinados pelo presidente da Funai, em  
112 decorrência de reunião do presidente da Funai (o que disser respeito aos  
113 demais povos, sairá minuta dos órgãos afetos, cabendo à Funai a assinatura e  
114 secretaria executiva) declarada em reunião do CIF em maio; haverá mudança  
115 da segunda suplência da Casa Civil para a Secretaria Executiva do CNPCT.  
116 Sobre a saída da Casa Civil, Thiago (Funai) sugeriu oficializar o CIF que a CT  
117 decidiu que, diante da saída daquele órgão, a segunda suplência ficou com SE-  
118 CNPCT/MDS. Encaminhamento: Funai consultará a equipe do SEI a respeito  
119 da criação de ambiente virtual da CT com acesso a todos os membros da CT.  
120 Vanessa (SE-CNPCT) levantou a dúvida sobre a legitimidade da Funai assinar  
121 os documentos que dizem respeito a outros povos e comunidades tradicionais;  
122 o que foi entendido que as comunicações serão utilizadas para tramitar notas  
123 técnicas dos órgãos correspondentes. A pauta prosseguiu com o informe do  
124 Thiago (Funai) sobre o valor emergencial, que disse que desde o começo havia  
125 discussões sobre os valores, inclusive com perguntas da DPU sobre o assunto;  
126 ocorreu reunião da Renova em Comboios, com MPF e DPU, em que a  
127 comunidade pediu revisão do valor a partir da revisão do termo de  
128 cumprimento do TTAC; a CR respondeu à DPU que o pedido fazia sentido; em  
129 junho, a Renova apresentou proposta de revisão e os indígenas pediram que  
130 os valores da TI Tupinikim e Guarani sejam iguais aos valores de Comboios,  
131 com participação dos caciques da TI Comboios reforçando o pedido; MPF e  
132 DPU estão mediando as negociações, manifestando para a Funai/CR que  
133 repassou o assunto à Renova, estando no aguardo da resposta. Finalizou  
134 dizendo que trouxe o tema para a CT para saber a opinião; entende que o que  
135 ocorrer em consenso das comunidades com a Renova, a CT não precisará ser  
136 consultada, visto que há participação da Funai e da Sesai. Lea (SEGOV)  
137 perguntou se o representante da Funai se sente à vontade, considerando os  
138 diversos atores da CT, que a Funai presida a CT. Thiago (Funai) respondeu que  
139 acredita ser importante que a CT acompanhe e valide as decisões, mas acha



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

140 complicado fazer isso sem a participação dos indígenas na CT. Lea (SEGOV)  
141 opinou que é complicado a CT discutir os valores, porque não há conhecimento  
142 de todo o processo, além do adiantado da hora. Tiago (FCP) argumentou que a  
143 decisão veio da base que provocou o MPF, então há mais segurança para  
144 validar. Lea (SEGOV) sugeriu que fique como pauta para a próxima reunião a  
145 funcionar em dois momentos, com cada agenda sendo discutida  
146 separadamente e de tempos em tempos fazer uma reunião da CT toda junta.  
147 Se ficar assim, a reunião seria só indígena, mas se achar que precisa da  
148 decisão da CT, que chame todos os membros, podendo existir contribuição de  
149 quem se sentir à vontade. Fátima (Sesai) perguntou se todas as famílias  
150 afetadas estão recebendo os auxílios financeiros; Léa (SEGOV) acrescentou  
151 que os povos tradicionais são os menos beneficiados, o que é um desafio.  
152 Fátima (Sesai) perguntou a Thiago (Funai) qual o prazo para o pagamento dos  
153 valores dos auxílios às famílias, ao que este respondeu: até que os programas  
154 mais estruturantes (após os estudos) passem a vigorar. Tiago (FCP) informou  
155 que a Fundação Renova propôs pagar a comunidade de Degredo por núcleo  
156 familiar, o que não contempla a demanda da comunidade, perguntando se a CT  
157 validaria a reconsideração da FCP. Lea (SEGOV) sugeriu que o assunto fosse  
158 discutido na próxima reunião desmembrada sobre comunidades quilombolas.  
159 Tiago (FCP) prosseguiu informando que na elaboração do Plano Emergencial  
160 de Degredo, a Renova deixou que o levantamento das famílias fosse realizado  
161 pela comunidade, ocorrendo a problemática do retorno de famílias quilombolas,  
162 definindo que solicitará à Associação uma lista informando quem é quilombola,  
163 quem não é e de onde está vindo. Apresentou, também, a situação do fluxo de  
164 pessoas também atingidas que estão entrando na região de Degredo. Lea  
165 (SEGOV) sugeriu que ambas as demandas fossem discutidas na primeira  
166 reunião desmembrada e que fossem apresentados questionamentos à Renova  
167 e à CTOS. Tiago (FCP) informou, também, que não há antropólogo  
168 participando da discussão pela Renova e que os estudos de impacto não estão  
169 sendo realizados porque a H&P não está em campo. Lea (SEGOV) sugeriu a  
170 CT, ou a FCP, oficial a Renova solicitando informações sobre o andamento da  
171 atuação da H&P. Saiu o encaminhamento de Tiago (FCP) minutar o Ofício para  
172 ser remetido pela CT. Thiago (Funai) informou que a Renova pediu à CRMGES  
173 para identificar se algumas famílias que ficaram de fora do acordo são  
174 indígenas, o que foi respondido pela instituição que o critério válido é a  
175 autodeclaração e reconhecimento pela própria comunidade; disse também que  
176 não observaram migrações por conta do recebimento de valores e que  
177 casamentos interétnicos são comuns, da mesma forma que separações,  
178 devendo ser acompanhados em razão do pagamento dos auxílios. Tiago (FCP)  
179 retomou o assunto da qualidade da água, sugerindo reforçar via CT a  
180 periodicidade da pesquisa da água, em Degredo, e que ocorra  
181 acompanhamento da Ufes. Sugeriu, também, consultar a CT Recursos Hídricos  
182 para saber sobre em quais lagoas da região da comunidade quilombola poderia  
183 ser feita a pesquisa de qualidade da água. Com a aproximação do  
184 encerramento da reunião, foi discutido o funcionamento do próximo encontro;  
185 deliberado que será reunião conjunta. Tiago (FCP) comunicou a necessidade  
186 de encontro extraordinário para discussão dos planos emergenciais. Deliberou-  
187 se, ainda, a respeito da resposta ao Ofício da DPU/ES, endereçado ao CIF,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

188 designando o Thiago (Funai) para minutar a resposta da CT que subsidiará o  
189 Comitê. Não havendo mais informes e assuntos a serem tratados, a reunião foi  
190 encerrada às treze horas e vinte minutos, com os seguintes encaminhamentos:  
191 (i) CT informar a CT Flor que os programas de recuperação florestal tenham  
192 olhar prioritário para as terras indígenas; (ii) documento da CT para o CIF  
193 informando que o grupo seguirá a deliberação 15, com coordenação  
194 compartilhada, sendo os documentos assinados pelo presidente da Funai, em  
195 decorrência de reunião do presidente da Funai declarada em reunião do CIF  
196 em maio; haverá mudança da segunda suplência da Casa Civil para a  
197 Secretaria Executiva do CNPCT; (iii) Funai consultará a equipe do SEI a  
198 respeito da criação de ambiente virtual da CT com acesso a todos os membros  
199 da CT; (iv) Tiago (FCP) minutará Ofício à Renova com questionamentos acerca  
200 da atuação da consultora H&P na CRQ Degredo; (v) pautas para a próxima  
201 reunião: CT se manifestar ao ICMBio ou à CT Bio sobre o pedido indígena que  
202 a Polifônicas colete invertebrados e outros animais que aparecem mortos e  
203 possibilidade das reuniões da CT acontecerem nas regiões afetadas; (vi) a  
204 quarta reunião ordinária ocorrerá no dia 15 de agosto de 2017, na Funai, em  
205 horário a ser definido.

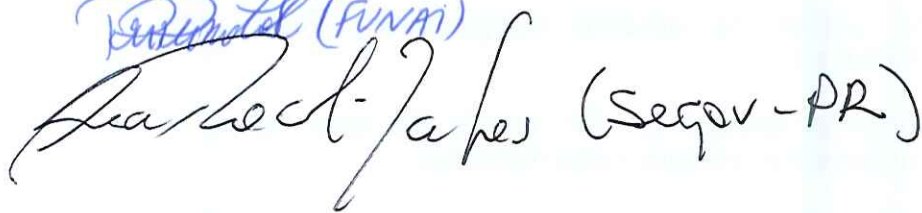
 (FCP)

Janessa de S. Lança (SECNPCT/MDS)



André C. Duarte (Funai)

 (FUNAI)

 (Segov-PR)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

ANEXO

Encaminhamentos das reuniões

**1ª Reunião da CT Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais –  
22/06/2017**

- 1) Solicitar que a Fundação Renova apresente o estudo temporário, sobre os impactos preliminares nas comunidades tradicionais, que levou às definições de casos emergenciais;
- 2) Oficiar a CTOS sobre os critérios de elegibilidade para pagamento de auxílio emergencial de pescadores e garimpeiros artesanais;
- 3) Apresentar à Secretaria Executiva do CIF, os custos do desastre ambiental, assumidos pelos órgãos da CT, para ressarcimento por parte da Renova;
- 4) Elaborar e apresentar, à presidência do CIF, Nota Técnica acerca da necessidade de criação do Subprograma Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida das Comunidades Remanescentes de Quilombo;
- 5) Fundação Palmares elaborar nota técnica sobre a situação da comunidade de Degredo;
- 6) Fundação Palmares encaminhar os nomes dos componentes da CT.

**2ª Reunião da CT Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais –  
29/06/2017**

- 1) A CT será composta pelos órgãos Funai, SEGOV, Ibama, Sesai, Seppir, FCP e SE-CNPCT; que terá como convidados MPF, DPU, PFEs dos órgãos componentes, Sociedade Civil e Fundação Renova;
- 2) Solicitar que os órgãos de governo indiquem os nomes dos representantes membros;
- 3) Comunicar, na próxima reunião do CIF, que a CT está aberta à participação de estados e municípios como membros;
- 4) CT perguntará ao CIF se a Casa Civil se retirou oficialmente da CT e como o grupo deverá proceder na decisão da segunda suplência;
- 5) Vanessa (MDS) circulará o estudo realizado pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) sobre os impactos na pesca causados pelo desastre de Mariana;
- 6) Tiago (FCP) solicitará, à Secretaria Executiva do CIF, o estudo que ampliou a área impactada pelo desastre e a proibição da pesca nesses locais.